



SECRETARIA DE ESTADO
DA ECONOMIA

Audiência Pública

Avaliação das Metas

Fiscais

III Quadrimestre de 2018

GOIÂNIA | MARÇO DE 2019

RONALDO RAMOS CAIADO

Governador do Estado



CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT

Secretária de Estado da Economia

HENRIQUE MORAES ZILLER

Secretário de Estado-Chefe da Controladoria Geral

FRANCISCO SÉRVULO FREIRE NOGUEIRA

Superintendente Executivo - SeEcon

EUDENISIO BATISTA DA SILVA

Chefe de Gabinete - CGE

SILVIO VIEIRA DA LUZ

Superintendente Executivo da Dívida Pública, da
Contabilidade e Tesouro - SeEcon

STELLA MARIS HUSNI FRANCO

Superintendente Central de Controle
Interno - CGE

GILSON GERALDO VALERIO DO AMARAL

Superintendente do Tesouro Estadual - SeEcon

ELAINE DE FÁTIMA AIRES

Gestora de Finanças e Controle - CGE

RICARDO BORGES DE REZENDE

Superintendente da Contabilidade Geral - SeEcon

MAÍRES AGDA MESQUITA MORAES

Gerente de Contas Públicas - SeEcon



Sumário da Apresentação

1

Conjuntura Econômica

2

Resultados do 3º Quadrimestre de 2018

3

Conclusões

4

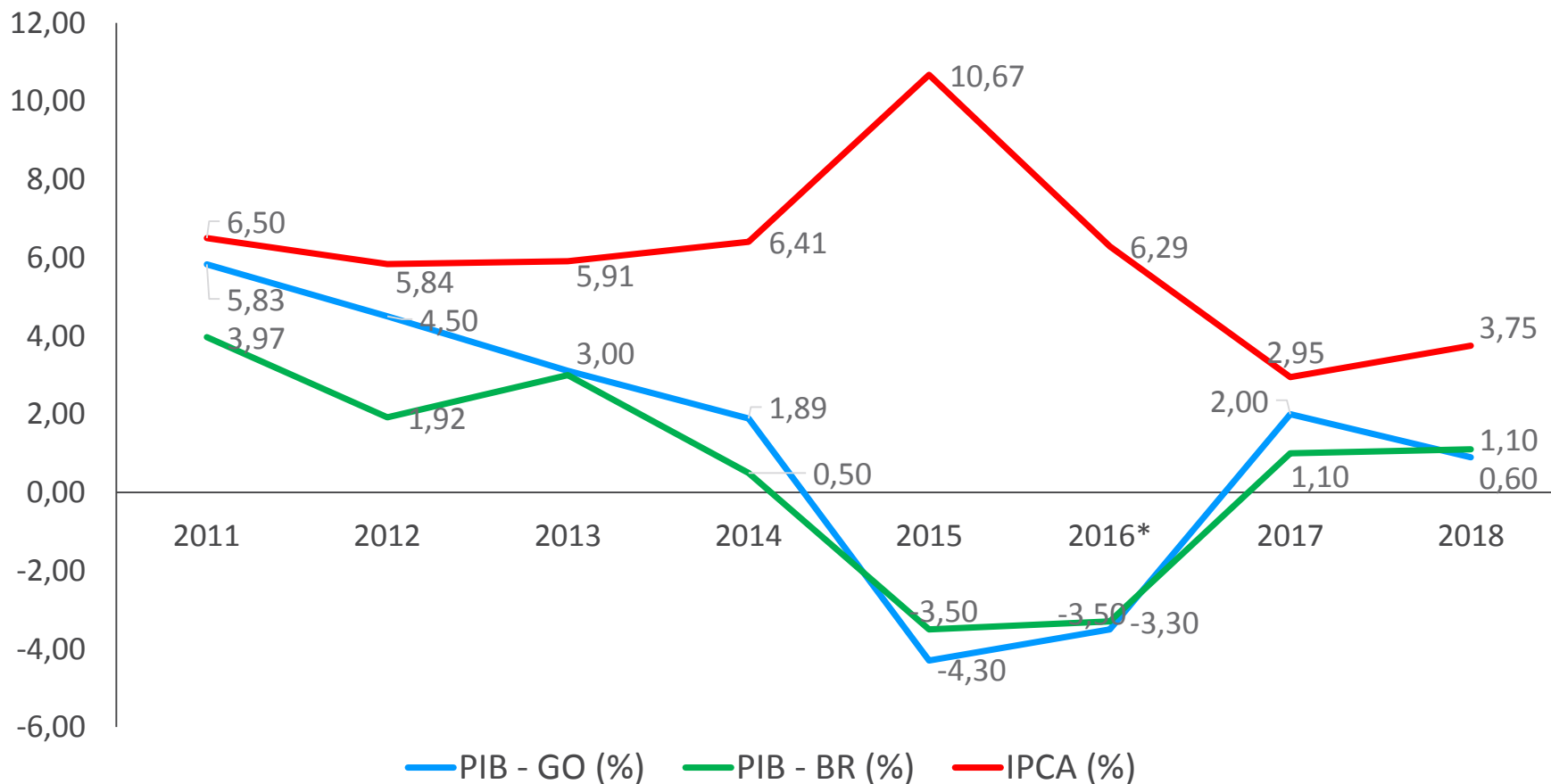
Publicação dos Relatórios

5

Referências



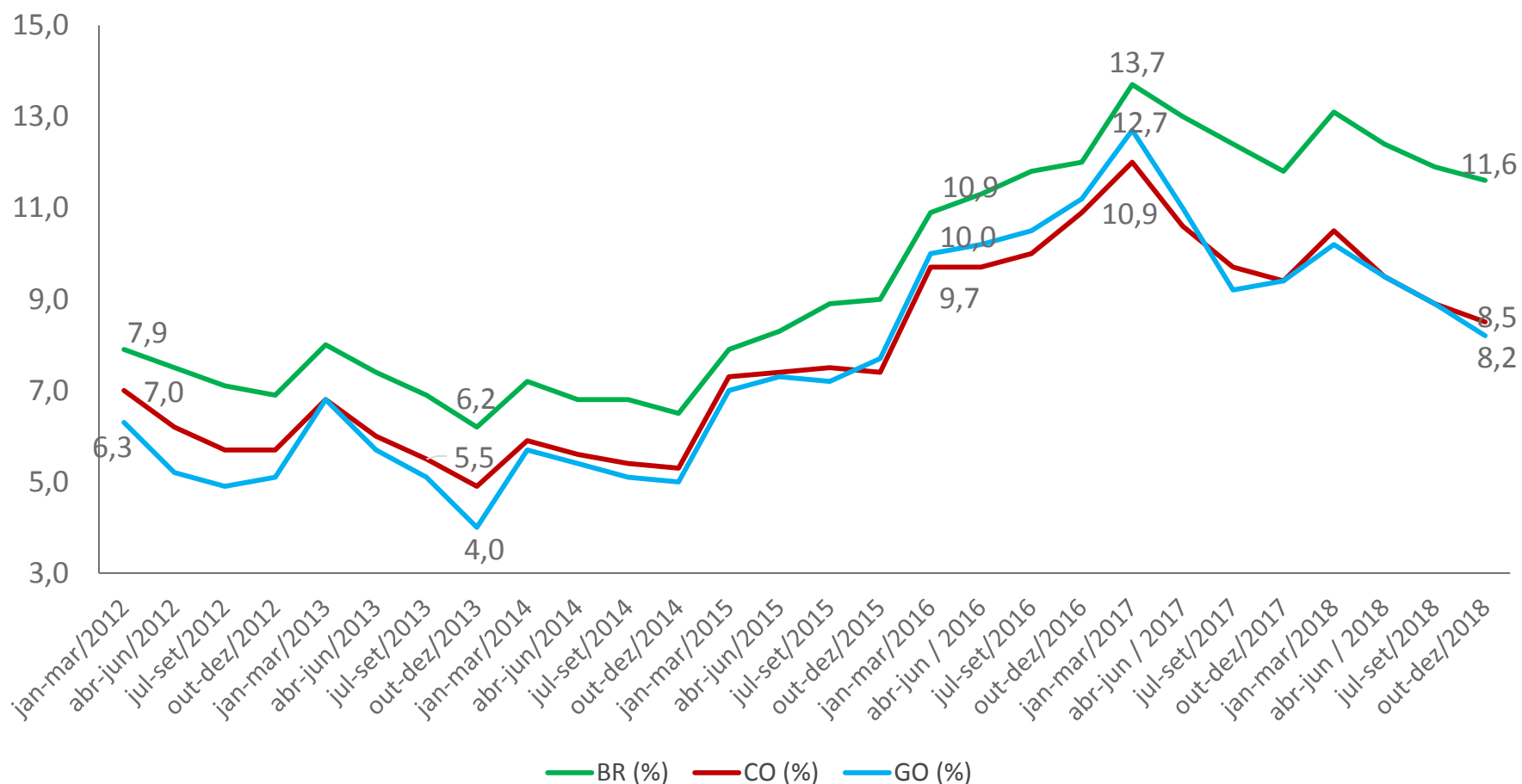
GRÁFICO I
INFLAÇÃO (IPCA) E PIB GOIÁS/BRASIL (%)



Dados: Boletim Focus e IMB – Secretaria de Estado da Economia (Goiás)



GRÁFICO II
TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%) – BRASIL, CENTRO-OESTE E GOIÁS



Fonte: PNAD contínua - IBGE



Objetivos da Audiência Pública

- ✓ Cumprir um requisito legal: Demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais no III Quadrimestre de 2018, conforme disposto no § 4º do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, assim redigido:

“Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, **o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre**, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais”.

- ✓ Dar ciência à sociedade da evolução dos números fiscais do Estado
- ✓ Dar transparência aos Três Poderes da Administração Pública do Estado de Goiás sobre a execução orçamentária e financeira e resultados fiscais alcançados, para que todos possamos repensar nas políticas públicas do Estado, adequando-as a sua realidade fiscal.



QUADRO I - METAS FISCAIS – 2018

DEMONSTRATIVO DAS METAS ANUAIS

(Artigo 4º da LC nº 101/2000 - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 19.801/17 – LDO)
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018 – RECURSOS DE TODAS AS FONTES – Em Milhares

DISCRIMINAÇÃO	PREVISÃO ATÉ O III QUADRIM. ¹ (A)	REALIZADA (B)	DIFERENÇA (C = B – A)
I – Receitas não Financeiras (Receitas Primárias)	23.627.354	22.374.313	-1.253.041
II – Despesas não Financeiras ² (Despesas Primárias)	23.614.455	21.343.496	-2.270.959
III – Resultado Primário (I - II)	12.899	1.030.817	1.017.918
IV - RP + Despesas Ñ Empenhadas ³		(4.258.582)	
V - Resultado Primário Real (III + IV)		(3.227.765)	

Fonte: SCG / SIOFI-NET / SEFAZ-GO

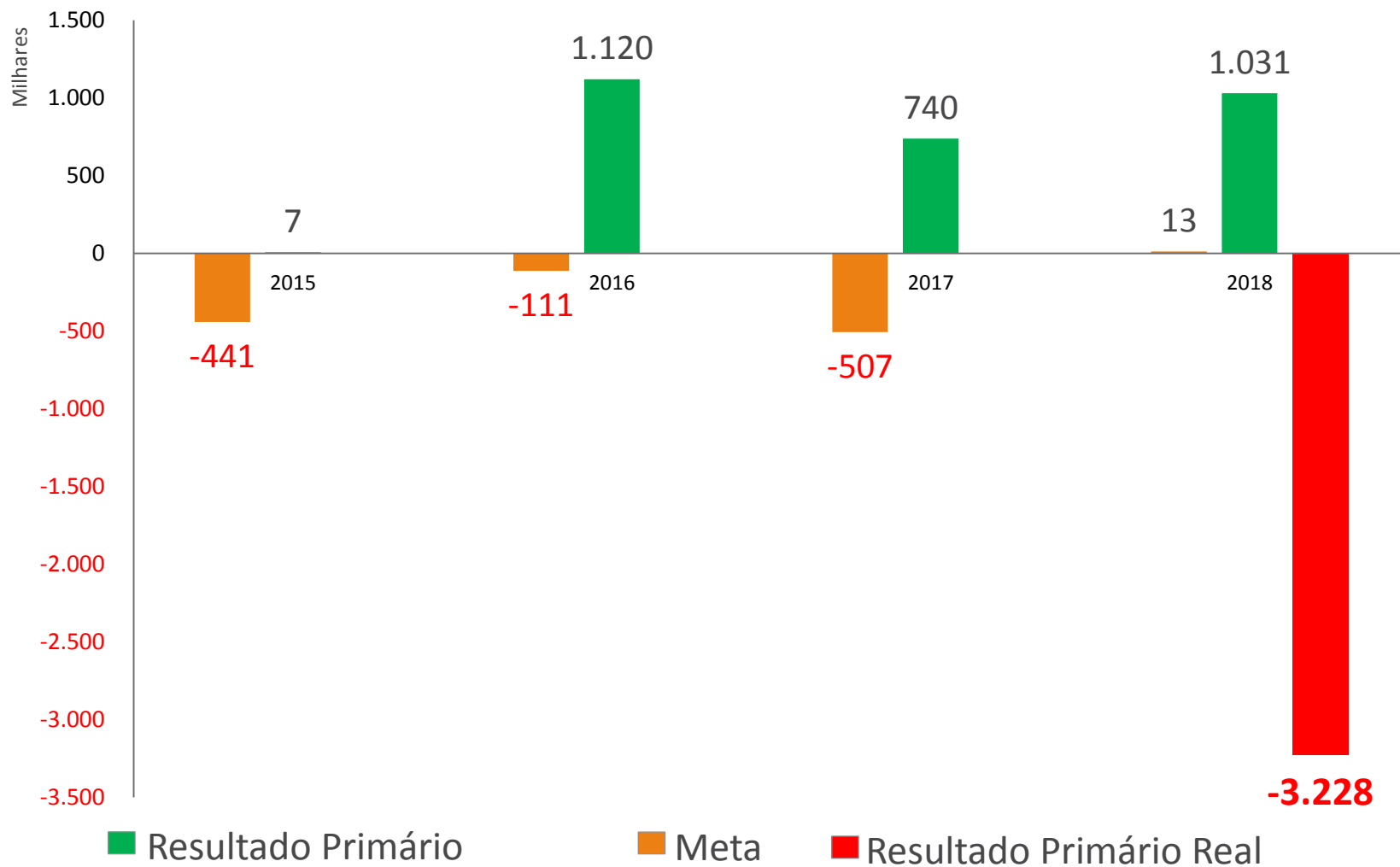
Nota: ¹ Previsão extraída e atualizada conforme as Metas e Projeções Fiscais do Anexo II de Metas Fiscais – Lei nº19.801/17 – LDO - Valores Correntes.

² **Considera-se somente as Despesas Pagas e as Despesas de Restos a Pagar pagos no exercício.**

³ **Não integra os Restos a Pagar inscritos em 2018 e os despesas não empenhadas em 2018 (RP Processado em 2018 R\$ 2,09 bi e Obrigações não empenhadas de R\$ 2,198 bi.)**



GRÁFICO III - Resultado Primário (RREO) - 2015 a 2018



Fonte: RREO - 6º Bimestre de 2015 a 2018.



QUADRO II - RESULTADO PRIMÁRIO – JAN A DEZ/18
RECURSOS DE TODAS AS FONTES (RREO) – Em Milhares

RECEITAS PRIMÁRIAS	RECEITAS REALIZADAS
I - RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	22.179.892
Impostos e Taxas (ICMS / IPVA / ITCD / Outras) ¹	13.514.146
Receitas de Contribuições	1.053.823
Receita Patrimonial Líquida	196.097
Transferências Correntes (FPE / IPI / LC 87-96 / FUNDEB)	4.652.698
Demais Receitas Correntes	2.957.653
II - RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (II)	194.421
Transferências de Capital (Convênios / Outras Transf. Capital)	145.581
Outras Receitas de Capital	48.840
III = I + II TOTAL - RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (PRIMÁRIAS)	22.374.313

Fonte: Sistema de Contabilidade Geral.

¹ *Valores líquidos, já deduzidos as transferências constitucionais aos municípios (Jan-Dez/18: R\$ 4.467.796.319,28). Valores apurados conforme Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF/STN para 2018.*



QUADRO II - RESULTADO PRIMÁRIO – JAN A DEZ/18
RECURSOS DE TODAS AS FONTES (RREO) – Em Milhares

RECEITAS PRIMÁRIAS	RECEITAS REALIZADAS		
TOTAL - RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (PRIMÁRIAS)	22.374.313		
DESPEAS PRIMÁRIAS (NÃO FINANCEIRAS)	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS (+ RP PAGOS)
IV - DESPEAS CORRENTES LÍQUIDAS	20.555.815	20.298.121	20.078.457
Pessoal e Encargos Sociais	14.009.677	14.004.798	14.278.272
Outras Despesas Correntes (Progr. Sociais / Custeio)	6.546.139	6.293.322	5.800.184
V - DESPEAS DE CAPITAL LÍQUIDAS	1.653.344	1.216.926	1.265.039
Investimentos	1.566.834	1.132.548	1.184.600
Inversões Financeiras	86.510	84.378	80.439
VI = IV + V TOTAL DESPEAS PRIMÁRIAS (NÃO FIN.)	22.209.160	21.515.046	21.343.496
III – VI = RESULTADO PRIMÁRIO	165.153	859.266	1.030.817

Fonte: Sistema de Contabilidade Geral.

¹ Valores líquidos, já deduzidos as transferências constitucionais aos municípios (Jan-Dez/18: R\$ 4.467.796.319,28).

Valores apurados conforme Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF/STN para 2018.



QUADRO III - COMENTÁRIOS SOBRE O RESULTADO PRIMÁRIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES (RREO) – Em Milhares

DESPESAS PRIMÁRIAS (NÃO FINANCEIRAS)	DESPESAS EMPENHADAS (A)	DESPESAS LIQUIDADAS (B)	DESPESAS PAGAS (C)
IV - DESPESAS CORRENTES LÍQUIDAS	20.555.815	20.298.121	18.632.351
Pessoal e Encargos Sociais	14.009.677	14.004.798	13.347.619
Outras Despesas Correntes (Progr. Sociais / Custeio)	6.546.139	6.293.322	5.284.732
V - DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDAS	1.653.344	1.216.926	1.002.577
Investimentos	1.566.834	1.132.548	924.702
Inversões Financeiras	86.510	84.378	77.875
VI = IV + V TOTAL DESPESAS PRIMÁRIAS (NÃO FIN.)	22.209.160	21.515.046	19.634.928
SALDO DAS DESPESAS EXECUTADAS E NÃO PAGAS EM 2018 (B-C) => É O QUE DEVERIA TER SIDO ENCONTRADO NO CAIXA EM JANEIRO/2019 (RP PROC)			1.880.118
SALDO DAS DESPESAS EMPENHADAS E NÃO PAGAS EM 2018 (A-C) => EXIGÊNCIA DA LRF (RP PROC + RP NÃO PROC)			2.574.232

Fonte: Sistema de Contabilidade Geral.



GRÁFICO IV - COMPARATIVO RECEITAS PRIMÁRIAS X DESPESAS PRIMÁRIAS - 2018 (Em R\$ bilhões)

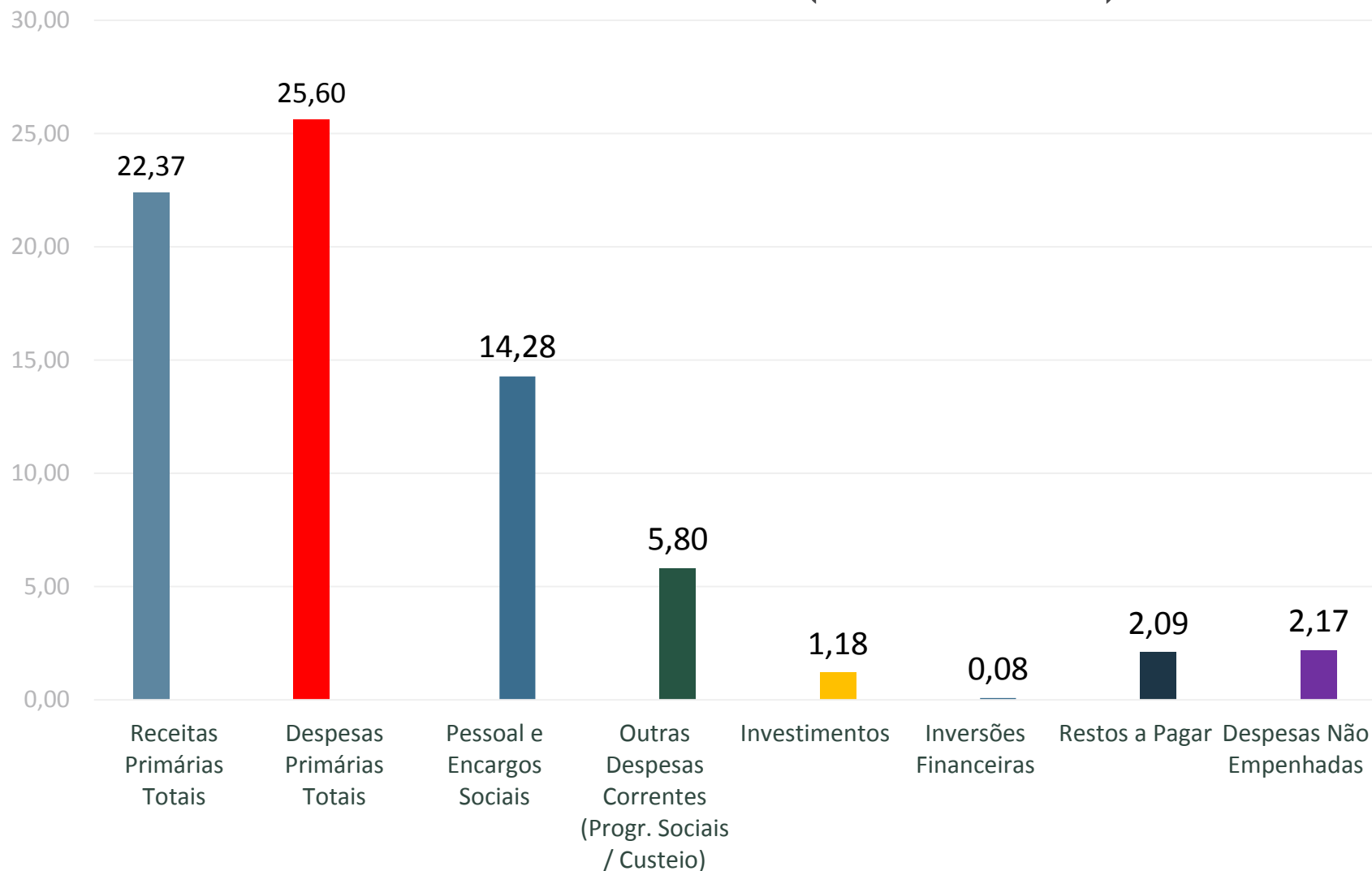
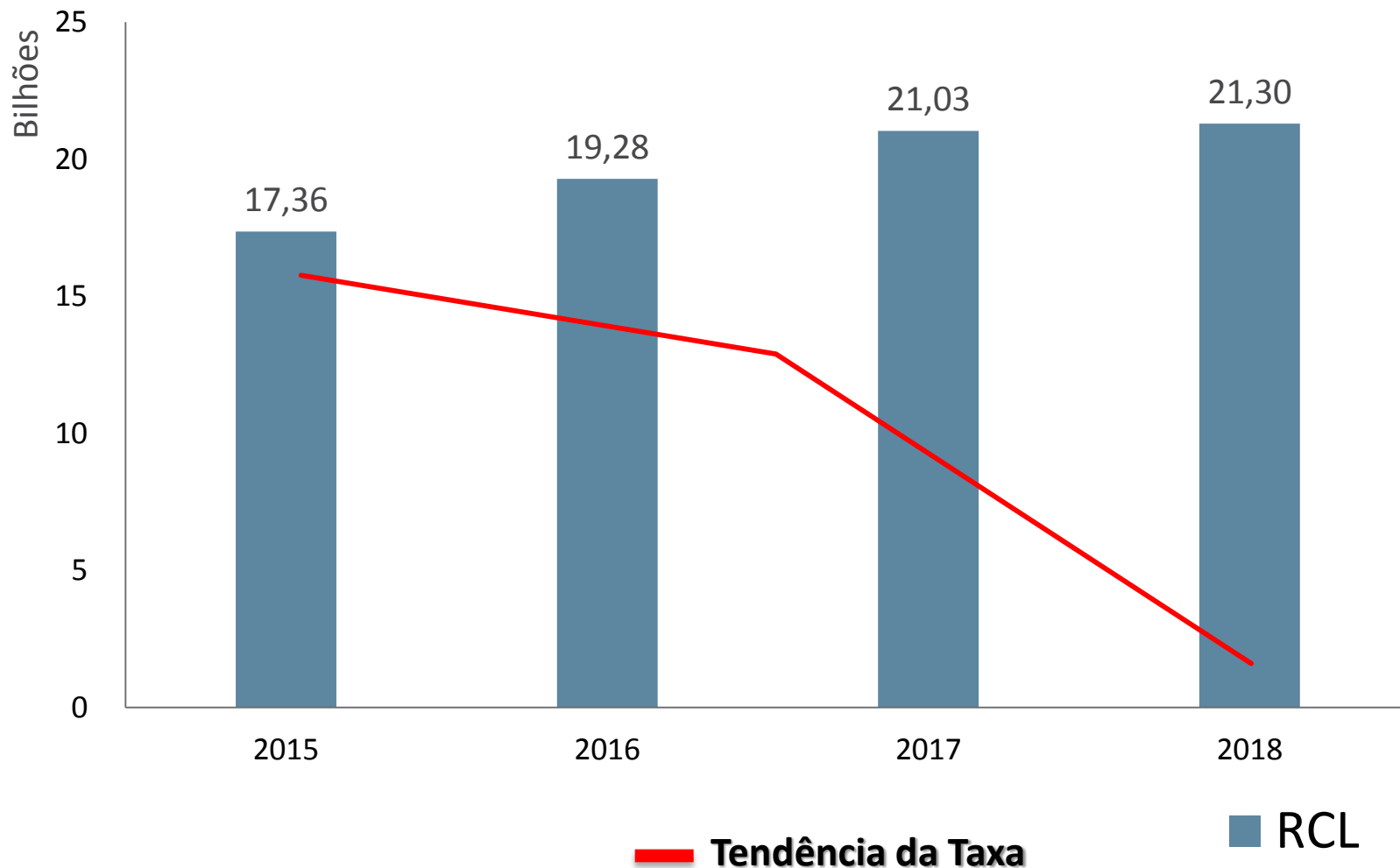




GRÁFICO V

Receita Corrente Líquida - RCL - 2015 a 2018



Fonte: RREO 6º Bimestre de 2018.



QUADRO IV- DESPESA TOTAL DE PESSOAL GOIAS (STN)

EVOLUÇÃO DA DESPESA TOTAL DE PESSOAL - RGF - ESTADO DE GOIÁS

(Valores em milhares R\$)

METODOLOGIA DA STN	2015	2016	2017	2018
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP DO ESTADO	8.621	9.082	10.051	11.435
(+) IRRF do servidor Ativo, Inativo e Pensionista	793	845	1.108	1.369
(+) Pensionistas (art.169 da C.F.), exceto IRRF	533	576	767	903
(+) Deduções de Restos a Pagar Não Processados	-90	-0	0	0
(=) DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (STN) (a)	9.857	10.503	11.926	13.707
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (STN) (b)	17.362	19.280	21.030	21.297
% da DTP (STN) sobre a RCL (STN) (c) = (a/b)*100	56,78%	54,48%	56,71%	64,36%
SITUAÇÃO PERANTE O LIMITE DA DTP (STN)	ALERTA	ALERTA	ALERTA	ACIMA
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - (95% do Limite Máximo)	57,00%	57,00%	57,00%	57,00%
LIMITE DE ALERTA PELO TCE (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - (90% do Limite Máximo)	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%



QUADRO V- DESPESA TOTAL DE PESSOAL GOIÁS (STN) %

EVOLUÇÃO DA DESPESA TOTAL DE PESSOAL DO ESTADO DE GOIÁS - 2014 A 2018								
PODERES (METODOLOGIA STN)	% DTP/RLC (2014)	% DTP/RLC (2015)	% DTP/RLC (2016)	% DTP/RLC (2017)	% DTP/RLC (2018)	LIMITE MÁXIMO (LM)	LIMITE PRUDENCIAL (95% DO LM)	LIMITE ALERTA (90% DO LM)
PODER EXECUTIVO	45,98%	48,43%	46,74%	46,93%	52,68%	48,60%	46,17%	43,74%
PODER LEGISLATIVO	2,46%	2,62%	2,51%	3,18%	3,49%	3,40%	3,23%	3,06%
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	1,14%	1,21%	1,20%	1,50%	1,63%	1,38%	1,31%	1,24%
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	0,88%	0,95%	0,86%	1,12%	1,23%	1,35%	1,28%	1,22%
TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO	0,45%	0,46%	0,45%	0,56%	0,63%	0,67%	0,64%	0,60%
PODER JUDICIÁRIO	3,87%	4,21%	3,79%	4,80%	6,25%	6,00%	5,70%	5,40%
MINISTÉRIO PÚBLICO	1,38%	1,51%	1,44%	1,81%	1,94%	2,00%	1,90%	1,80%
ESTADO DE GOIÁS	53,69%	56,78%	54,48%	56,71%	64,36%	60,00%	57,00%	54,00%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 1 - Despesa Total de Pessoal.



QUADRO VI - Resultado Nominal (RREO)
Recursos de todas as fontes

ESPECIFICAÇÃO	Em 31 Dez 2018 (R\$) (A)	Em 31 Dez 2017 (R\$) (B)	Diferença (R\$) (C = A – B)
Dívida Consolidada	19.634.873	19.633.436	1.437
(-) Disponibilidade de Caixa Bruta ²	1.557.245	2.066.413	-509.167
(+) Restos a Pagar Processados	2.090.582	1.742.907	347.675
Dívida Consolidada Líquida ¹	19.634.873	19.309.930	324.943
RESULTADO NOMINAL	Dez/17 a Dez/18 (R\$) (C)	Meta Prevista (R\$) (D)	Diferença (R\$) (E = C – D)
Lei 19.936/17 - LDO	-324.942	-984.360	659.418

Fonte: SIOFI-NET / SEFAZ-GO.

Nota: Valores Correntes contidos no Anexo de Metas Fiscais da Lei nº 19.801/17 – LDO para o exercício de 2018.

¹ Não houve redução da Dívida Consolidada, visto que no período apresentou uma **“Insuficiência Financeira” de R\$ -533.336 (1.557.245 – 2.090.582).**

² Disponibilidade do Estado de Goiás, incluindo Outros Poderes (deduzido dos recursos do Regime Próprio de Previdência do Servidor – RPPS)



QUADRO VII
Dívida Consolidada Bruta - Finalidades

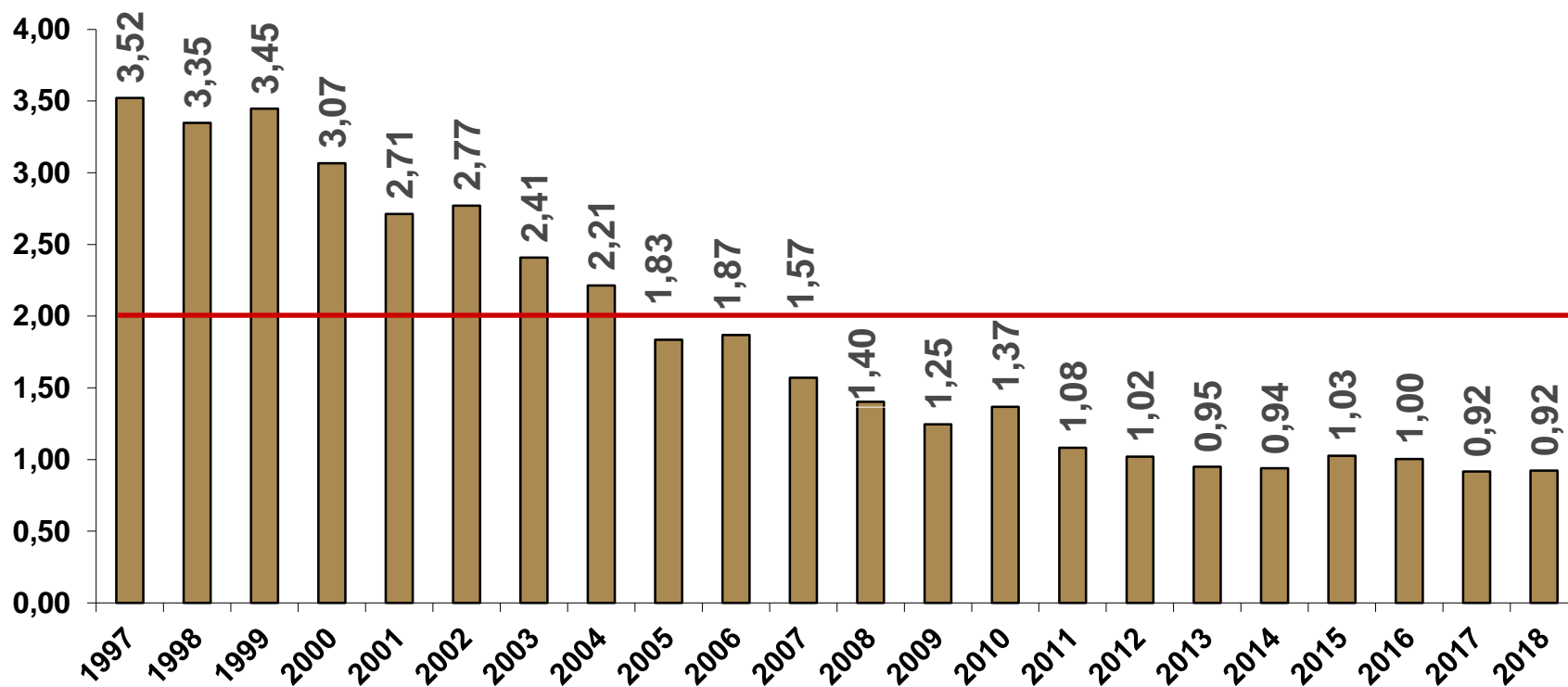
FINALIDADES	R\$	%
REFINANCIAMENTO COM A UNIÃO	8.921.308.509	45,4
SANEAMENTO FINANCEIRO CELG D	4.896.650.205	24,9
FINANCIAMENTO EM INFRAESTRUTURA	4.817.229.663	24,5
PRECATÓRIOS	703.714.085	3,6
PARC.REPARC. INSS, PASEP E OUTROS	256.318.483	1,3
PROG. MOD. ADM. FAZ. (BID/PROFISCO)	39.651.611	0,2
TOTAL	19.634.872.554	100,0

Fonte: SEDCT/Gerência da Dívida Pública - Secretaria de Estado da Economia



GRÁFICO VIII

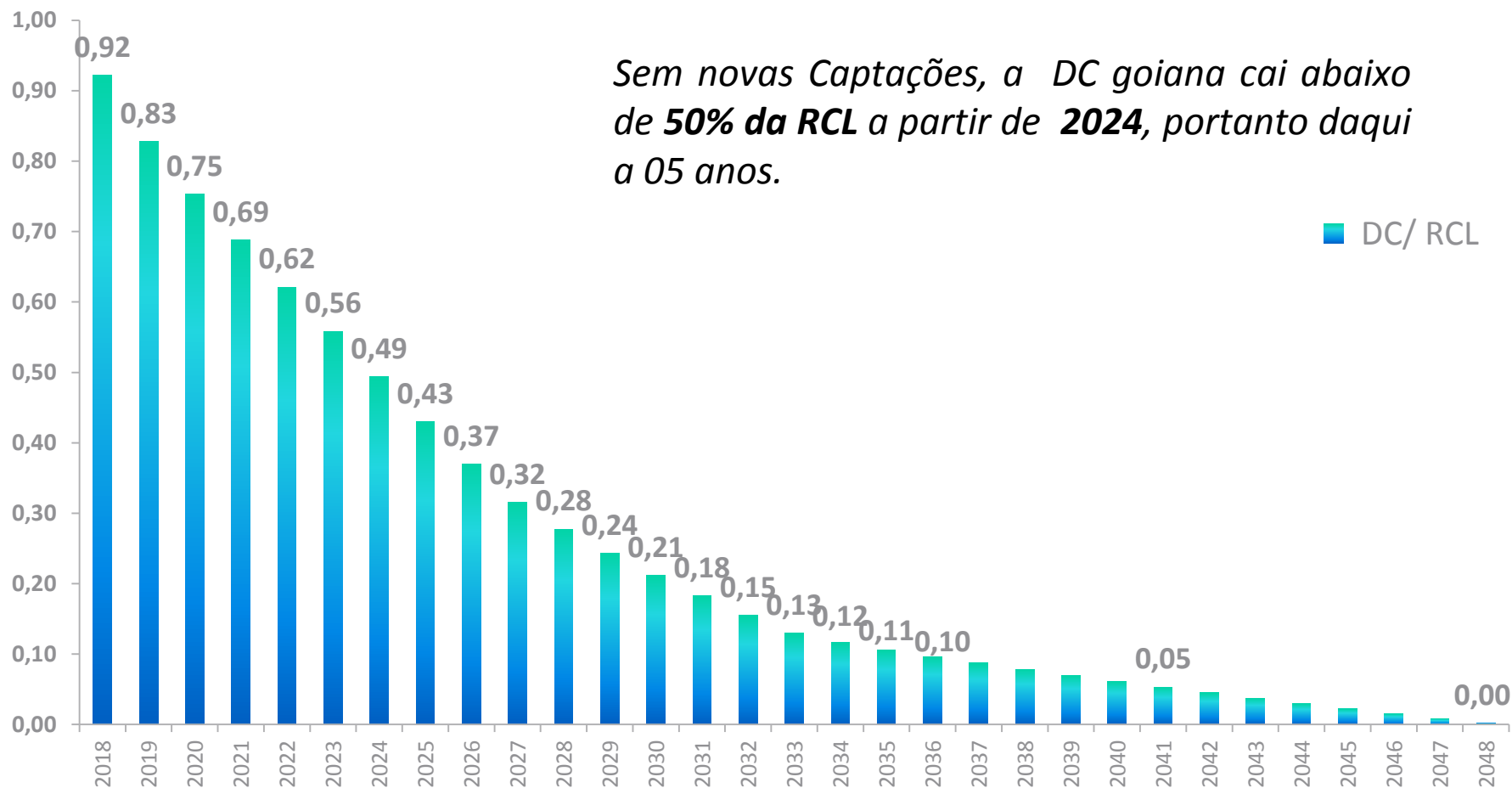
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA / RECEITA CORRENTE LÍQUIDA



Fonte: Relatórios Fiscais do Estado de Goiás – 1997 a 2018.



GRÁFICO IX PROJEÇÃO DÍVIDA CONSOLIDADA/ RCL - GOIÁS 2018/2048



Fonte: SEDCT/Gerência da Dívida Pública - Secretaria de Estado da Economia



- ✓ Com relação a Conjuntura Econômica, apesar da economia ter voltado a crescer, a taxa de crescimento ainda é baixa;
- ✓ No tocante da taxa de desocupação houve uma queda, devido sobretudo ao crescimento da economia mundial e dos preços das commodities, o que repercutiu na agropecuária e no setor de serviços;
- ✓ Quanto ao Resultado Primário apesar do dado oficial ter sido de R\$ 1,03 bilhões, o resultado real apurado é de **R\$ - 3,2 bilhões**;
- ✓ Cabe ressaltar ainda, que quanto ao limite da Despesa de Pessoal Total, estabelecido na LRF (art. 20), considerando a metodologia da Secretaria do Tesouro Nacional, o Estado de Goiás ultrapassou o limite de 60%, chegando a **64,36%**, como demonstrado.



- ✓ Ressalta-se que o Poder Executivo não empenhou as despesas com pessoal e encargos do mês de dezembro e parte de novembro de 2018, no montante de **R\$ 1,325 bilhões**, e demais despesas, no montante de **R\$ 843 milhões**, o que totalizou **R\$ 2,168 bilhões de despesas sem a devida cobertura orçamentária**. O valor total foi registrado no Balanço Geral do Estado como Obrigações Financeiras.
- ✓ Quanto ao Resultado Nominal, a Dívida Consolidada Líquida deveria ter sido reduzida em R\$ 984 mi e por insuficiência financeira, não houve tal redução.



**RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO) DO 6º
BIMESTRE/2018 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF) DO 3º
QUADRIMESTRE/2018**

1. Publicados no Diário Oficial do Estado de Goiás de nº 22.983 do dia 30 de Janeiro de 2019.
2. Encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE via TCExpress no dia 14 de Fevereiro de 2018.



Os seguintes relatórios e apresentações: **Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO; Relatório de Gestão Fiscal – RGF e Audiências Públicas**, estão disponíveis nos sites:

www.sefaz.go.gov.br

www.transparencia.goias.gov.br

www.cge.go.gov.br